

## **A CRIAÇÃO DO MUSEU DO LEGISLATIVO DE MACAÉ: patrimônio, memória e interdisciplinaridade arquivística**

Cleris Renata Gomes Golzio<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este relato de experiência descreve o Patrimônio e Memória arquivística no âmbito da Câmara Municipal de Macaé, com o objetivo de demonstrar o papel do profissional de arquivos neste espaço ocupacional. A exposição deste tema se torna relevante devido à importância do arquivo no que concerne à preservação dos documentos oitocentistas, com o objetivo de preservar a história do Legislativo, através da criação do seu Museu. De modo específico, buscou-se neste texto demonstrar a relação entre museu, arquivo e sua interdisciplinaridade; descrever a trajetória da criação do Museu do Legislativo; elencar suas atribuições, destacando o papel do Patrimônio e seu lugar de memória. O desenvolvimento deste baseou-se em pesquisas bibliográfica e estudo de campo. Além estudo de caso apresentado, viabilizando-se a coleta dos dados elencados neste trabalho.

**Palavras-chaves:** Arquivo. Memória arquivística. Patrimônio. Arquivo.

## **THE CREATION OF THE MACAÉ LEGISLATIVE MUSEUM: patrimony, memory and archival interdisciplinarity**

**ABSTRACT:** This experience report describes the Archival Heritage and Memory within the Municipality of Macaé, aiming to demonstrate the role of the professional archives in this occupational space. The exhibition of this theme becomes relevant due to the importance of the archives in what concerns the preservation of the nineteenth century documents, with the aim of preserving the history of the Legislative, through the creation of its Museum. Specifically, we sought to demonstrate the relationship between museum, archive and its interdisciplinarity; describe the trajectory of the creation of the Legislative Museum; highlighting the role of Patrimony and its place of memory. The development of this was based on bibliographical research and field study. In addition, a case study was presented, making it possible to collect the data listed in this study.

**Keywords:** Archive. Archival memory. Patrimony.

---

<sup>1</sup> Cleris Renata Gomes Golzio, Pós-graduada em História Regional do Norte Fluminense pela Faculdade Miguel A. S. Santos FEMASS RJ, em Org. de Arquivos pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB e também Licenciada em História pela UFPB. Funcionária efetiva da Câmara Municipal de Macaé- RJ. Trabalhou em arquivos: IPHAEP, Rádio Tabajara, Companhia de Desenvolvimento da Paraíba CINEP, Câmara Municipal de Macaé- RJ, Escola SESI de Macaé e de Três Rios- RJ e Museu Legislativo de Macaé.

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste relato de experiência descreve-se o Patrimônio e memória arquivística no âmbito da Câmara Municipal de Macaé. Conforme Jardim (1995) “diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção etc. Neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado”. No entanto, a memória resulta da história em movimento e deve ser considerada como um processo de construção social.

Corroborando esta ideia, Nora (1993) infere que a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.”

A experiência descrita neste trabalho se refere à criação do Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Macaé, com o objetivo de demonstrar o papel do arquivista neste espaço ocupacional. A exposição se torna relevante por conta da importância do arquivo no que concerne à preservação dos documentos oitocentistas que formam o patrimônio documental do Legislativo Macaense.

De modo específico, buscou-se demonstrar a relação entre museu, arquivo e sua interdisciplinaridade, descrever a trajetória da criação do Museu do Legislativo; elencar suas atribuições, destacando o papel de Patrimônio e lugar de memória.

O desenvolvimento baseou-se em pesquisa exploratória e bibliográfica, além do estudo de caso apresentado. Segundo Gil (2002): “a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema.” Através desta metodologia foi viabilizada a coleta dos dados relatados neste trabalho.

## **2 A CRIAÇÃO DO MUSEU DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

O museu da Câmara Municipal de Macaé foi pensado com intuito de preservar a história do legislativo e do município, a partir dos seus documentos oitocentistas e do prédio histórico, no qual abrigou por longos anos a Câmara Municipal de Macaé. Este trabalho tem objetivo de mostrar a relação entre Museu e Arquivo dentro da mesma Instituição, sua trajetória de criação, sua relação de atribuições e necessidades de estarem cumprindo o mesmo papel de informação, preservação cultural e memória.

Conforme Padilha (2014)

Os arquivos, museus e bibliotecas possuem coparticipação no processo de tratamento, disponibilização e recuperação da informação. Elas desempenham um importante papel social, cultural e administrativos em relação a comunidade da qual fazem parte (PADILHA, 2014, p. 14).

São atribuições dos profissionais da informação dessas Instituições recolher, tratar, organizar, transferir, difundir informações, preservando a memória e a cultura, não se omitindo à distinção de técnicas empregadas por cada área. Segundo a autora, “é compromisso dos museus, tão quanto dos arquivos, pensarem a salvaguarda do seu acervo, de modo a fazer com que a tríade pesquisa, comunicação e preservação seja realizada.” (p.14, 2014)

Por este viés, eles apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados:

A preservação, no entanto, não dispensa o uso social. Em outros termos: museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico (BRASIL, 2012, p.32).

O trabalho de criação do Museu do Legislativo de Macaé foi relevante ao utilizarmos a interdisciplinaridade entre arquivo, museologia, história, memória e patrimônio como áreas que se complementam e para realizar esta missão no espaço de tempo oferecido pela Instituição. Com o crescimento do quadro de funcionários e conseqüentemente do aumento do efetivo do Legislativo, houve a necessidade da mudança para um novo prédio em 2012, atendendo às novas realidades, onde o antigo prédio da Câmara Municipal de Macaé, situado na avenida principal do Centro da Cidade, Av. Rui Barbosa, permaneceu desocupado, aguardando por uma nova função do seu espaço. Sendo assim, após a última sessão solene em 2013 pela comemoração aos 200 anos de Instalação da Câmara Municipal, surgiu a necessidade de transformar o espaço em lugar de memória do Legislativo de Macaé.

A este respeito, Nora, afirma que:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou

projeções. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (N O R A , 1993, p. 9).

Assim, a criação do Museu do Legislativo, objetivou resgatar e preservar sua história, denotando ser um espaço de memória do município, com o contexto central à atuação da instituição legislativa, das relações sociais, políticas e culturais, de objetos, de documentos e da sua arquitetura, sendo um casarão histórico que atravessou dois séculos.

O prédio constitui-se como patrimônio relevante e intrínseco à história da cidade, situado à rua principal, beirando a foz do Rio Macaé, é parte viva da memória da cidade e um dos poucos prédios históricos preservado no município, a partir do crescimento da cidade com a chegada da Petrobras.

Ele hoje passa por novas reformas e investimentos, sendo um segundo momento da sua fase como museu e como uma Instituição de memória e patrimônio, contribui com a história política, econômica e social do Município, Histórico das Câmaras Municipais.

No Brasil Colônia, as Câmaras Municipais começaram a ser criadas a partir de 1532, elas representavam o poder local da coroa portuguesa nas vilas, em função da necessidade de controlar e organizar as cidades e vilas, que se desenvolviam no interior, constituindo-se, ao longo do período colonial como peças fundamentais da administração portuguesa, desempenhando competências nas esferas administrativa, judiciária, fazendária e policial. Segundo Woold (1977), as câmaras podiam ser criadas tanto por meio de decreto régio ou governamental, quanto a partir da petição de um grupo de moradores que solicitava ao Rei ou ao governante mais próximo a possibilidade de erigir seus arraiais em vila ou cidades. (Apud CAMARGO 2013).

O quadro de funcionários das câmaras constituía-se de juízes ordinários, vereadores, procurador e almotacé. Em alguns casos também existiam, além destes, o escrivão da câmara e o escrivão da almotaçaria, o tesoureiro, os tabeliães das notas, os tabeliães judiciais, os inquiridores, o escrivão das sisas, os quadrilheiros, os carcereiros, o meirinho, o juiz dos órfãos e o escrivão dos órfãos. Em outras câmaras existiam também oficiais eleitos, juiz do povo e o afilador, encarregado da fiscalização dos pesos e medidas

O Presidente da Câmara acumulava o cargo de juiz ordinário e também deveria exercer a função de juiz dos órfãos onde não houvesse esse ofício. Os vereadores assumiam o papel de determinar os impostos, fiscalizar os oficiais da municipalidade e aplicar as leis, zelar pelas obras e pelos bens do lugar, fiscalizar as contas. A atuação da Câmara estava ligada à prestação de serviços, não tão somente nas questões municipais como calçamento, obras e reparos, arruamento, limpeza urbana; mas também nos assuntos

federativos como regulação das profissões. Fiscalizavam lojas, açougues, vendas e não permitiam que nenhum profissional desempenhasse o seu ofício sem uma licença.

Carmago (2016) destaca *que*, “as competências das câmaras também variavam de acordo com o lugar. Em todo o período Joanino verificou-se a criação de novas vilas, com suas respectivas câmaras.”

Segundo Carvalho:

As câmaras Municipais que de longa data tinham grande prestígio no exercício da vontade do soberano, nas regiões mais distantes do império, com a presença de Dom João no Brasil, passaram a agir em consonância direta com ele, tendo sido fundamentais como extensoras da institucionalização estatal. (CARVALHO, 2014, p. 18).

Nesta mesma direção, Boxer (2002) afirma que:

Entre as instituições mais características do Império marítimo português, e que ajudaram a manter unidas as suas diversas colônias, estavam as irmandades de caridade, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia e o Senado da Câmara. Segundo ele, pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa (BOXER, 2002, p. 286).

Carvalho (2014) afirma:

Ao mesmo tempo em que, para a criação de uma nova Câmara representava a possibilidade da partilha do poder do estado centralizado com a elite regional, no sentido inverso, vinculava aquela região ao poder central, conformando-se a uma administração mais eficiente e identificada já que a multiplicação das câmaras gerava obrigatoriamente subdivisões de até então vastas regiões político-administrativas do território (CARVALHO, 2014, p. 14).

Diante disso, os interesses da população local, somados ao da conjuntura do governo joanino possibilitaram no ano de 1813 a consolidação do processo de elevação a condição de Vila de São João de Macahé, em 29 de julho daquele ano. Já a Câmara Municipal de Macaé foi instalada em 22 de janeiro de 1814, logo após D. João VI ter acolhido o pedido dos habitantes locais.

Segundo LAMEGO (1958) eles pediram ao príncipe Regente a graça de erigir a vila de Macaé criando-lhe justiça e ofícios, para o que se ofereciam em construir por próprias custas: pelourinho, casas de Câmara, de audiência e de cadeia, bem como tudo o mais que fosse necessário.

Destaca-se o nome da família Ferreira Rebello, como a grande possuidora de terras neste período, envolvido em todo o processo de emancipação, que vai desde a solicitação de mercê (favor, benefício) ao soberano, passando pela demarcação do local da vila, bem como pelo pertencimento ao primeiro Conselho da Câmara constituído.

Conforme Carvalho,

A família chegou ao Povoado de Macahé a partir da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. Tendo o casal Bento José Ferreira Rebello e Benta Maria de Sousa adquirido metade da fazenda de Macahé com algo em torno de quinze mil braças de terras, dois engenhos de açúcar, casas de vivendas, móveis e todos ou mais pertences, escravos, senzalas, capelas e todas as casas pertencentes a terra. Tendo sido os terceiros donos de tais terras visto que, as mesmas tinham pertencido a Companhia de Jesus passado pelas mãos de Gonçalo Marques de Oliveira, de quem os Ferreira Rebello adquiriram o patrimônio. Importa ressaltar que, a esse tempo, a posse de terras era elemento básico para a construção das fortunas, que eram consolidadas em sua grande maioria a partir de atividades agrícolas. Portanto, não apenas o ato de possuir, como também o de valorizar a terra eram complementares entre os seus proprietários, visto que, no atendimento aos interesses de família, estava também a possibilidade de interação com a rede de poderes e fortunas que dava delineamento ao próprio poder do Estado. (CARVALHO, 2014 p.6)

Atendendo concomitantemente ao pedido da população e dos grandes proprietários de terras, a concessão do Alvará da Criação da Vila, possibilitou a Câmara Municipal de Macahe ser o órgão de representação do Estado Joanino e, conseqüentemente, os cargos deliberativos do município passavam a ser ocupados pela elite local envolvida no processo de emancipação.

Em um primeiro momento, a Câmara Municipal de Macaé foi instalada nos arredores da Praça Verissimo de Melo, no Largo da Alegria. O imóvel foi cedido pela família do Juiz almotacé, Bento José Ferreira Rebello, que foi nomeado pelo desembargador, ouvidor geral e corregedor da comarca do Rio de Janeiro, Manoel Pedro Gomes.

A Câmara permaneceu no imóvel cedido pela família Ferreira Rebello até meados de 1830, quando foi transferida para a Rua Dr. Télió Barreto, no Paço Municipal. Somente em 1860 o Legislativo se instalou no prédio da Avenida Rui Barbosa – atual Palácio Claudio Moacyr de Azevedo. Naquela época, o edifício ainda era alugado, sendo adquirido por volta de 1890 do antigo proprietário José de Lima Carneiro da Silva e de sua esposa dona Leopoldina de Araújo Carneiro da Silva, filha da Viscondessa de Araújo. As notas do Tabelião do 1º Ofício de Macaé mostram que o valor do contrato foi de 20.000.

\$000 (vinte contos de réis).

Antes de o casarão ter sido usado como Câmara Municipal foi local de comercialização de água, vinda da Fazenda da Caturra, de propriedade do Visconde de Araújo. O Prédio também abrigou a Biblioteca Pública Municipal e o Fórum da Comarca de Macaé com o Tribunal do Júri. E a partir da década de 1990 a Defesa do Consumidor.

O imóvel que atravessou dois séculos foi construído pelo pai do Visconde, o comerciante Francisco Domingues Araújo, que conquistou fortuna e prestígio na região com terras e tráfico negreiro, chegou a hospedar em 1847, D. Pedro II em sua primeira visita ao canal Campos- Macaé. A estadia nesta visita em Macaé do Imperador durou três dias.

Em sua arquitetura, a fachada principal era voltada para a então rua da praia, constituída de dois pavimentos sobre porão, com varandas laterais no segundo pavimento, e uma parte central, de um só pavimento. A parte voltada para a Avenida Rui Barbosa (Rua Direita), composta de dois pavimentos, foi construída no mandato do Prefeito Sizenando Fernandes (1924/1927 e 1929/1930) em 1927, cujo projeto e obra foram realizados pelo arquiteto – construtor Joaquim Murteira. Nesta época, foi erguida a ala em dois pavimentos, voltada para a Rua Direita, atual Avenida Rui Barbosa, ampliada a parte central em um só pavimento, onde abrigou por anos o Plenário da Câmara Municipal e reformou também o prédio.

Durante quase um século, o Presidente da Câmara era quem respondia pela administração da cidade, até que o então Governador do Estado, Alfredo Backer, instituiu a Prefeitura de Macaé. Silva Marques foi nomeado Prefeito Municipal em 1910, mas Macaé só teria seu primeiro representante em 1913/1915, o Prefeito João Francisco de Moreira Neto. Desde então, o Palácio Legislativo dividiu sua sede o Poder Executivo até 1993, quando o Prefeito, Carlos Emir Mussi, decidiu transferir a Prefeitura para um imóvel situado na Rua Teixeira de Gouveia.

O Palácio Legislativo, no decorrer de sua história, passou por duas grandes reformas: uma em 1927, por iniciativa do Prefeito Sizenando Fernandes de Souza; e outra em 1993, pelo Presidente da Câmara, na época, Paulo Antunes com verba do executivo foi realizada a recuperação da estrutura e da arquitetura original. O prédio foi reformado, mais uma vez, entre 2009 e 2010.

Com a inauguração da nova sede do Legislativo, no segundo semestre de 2013, a Câmara se transfere para o novo prédio. O ano de 2014 marcou um tempo de mudança para o Poder Legislativo. Suas atividades passaram a acontecer no Palácio Natálio Salvador

Antunes, localizado na Rodovia do Petróleo Km. 04, no bairro da Virgem Santa, construído em nova gestão do Presidente Paulo Antunes e consolidado na gestão do atual Presidente da Casa, Eduardo Cardoso. O encerramento das Sessões Ordinárias foi emoldurado pela Sessão Solene que comemorou os 200 anos da Câmara Municipal de Macaé.

Ao longo de dois séculos de trajetória, o antigo prédio da Câmara de Vereadores foi palco de importantes debates e conquistas que marcaram a história da cidade, como a instalação da Petrobras em 1970, a campanha pelos royalties do petróleo na década de 80 e a formulação da Lei Orgânica do Município em 1988.

Em 2015, através da Resolução 1.955, cria-se o Museu do Legislativo e seu Regimento Interno, com a finalidade de reunir, guardar, preservar documentos, objetos e divulgar a História do Município e do Legislativo de Macaé.

A Resolução que criou o Museu do Legislativo, da elaboração até a sua aprovação, teve a duração de um ano. Inspiramos no Museu do Legislativo de Portugal de Évora e, no Brasil alguns museus como: o Museu do Legislativo de Araxá- MG, Memorial Legislativo do Rio Grande do Sul, Memorial da Câmara Municipal de Salvador, Memorial Legislativo da Paraíba Museu da Câmara dos Deputados –DF, Memorial do Legislativo de Pombal- BA e o Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Petrópolis - RJ.

Foram várias edições e redações durante a elaboração de seu regimento, inclusive às referentes as funções e cargos, os quais foram suprimidos devido à falta de dotação orçamentária no ano de aprovação da Resolução em 2015.

Aprovado em sessão, o projeto de resolução que cria o museu e seu regimento interno, foi um grande avanço na memória do legislativo, o pontapé inicial. Passando-se o ano de 2015 na elaboração e aprovação da Resolução. Em março de 2016 instituiu-se uma comissão de poucas pessoas para organizar o Museu com data prevista de inauguração para fim Junho.

A primeira questão que veio à tona foi: quais histórias, materiais e memórias poderiam compor o acervo desse museu, tendo em vista que a edificação por si só já compõe valor como prédio histórico. A partir dos conhecimentos arquivísticos, indagou-se qual seria a melhor forma de apresentar e contribuir com a documentação e com ocupação dos espaços vazios do antigo prédio.

Quatro meses não seria um tempo técnico suficiente para implantar e inaugurar um museu. Sem um museólogo e apenas com arquivista e historiadora, o desafio era gigantesco. Estudos sobre gerenciamento de museus, planos museológicos foram

realizados e utilizados como referências e, apesar deste primeiro momento não ter sido elaborado o plano museológico, serviram de base para a implantação do museu.

Padilha, define,

Plano museológico é o instrumento básico, de caráter estratégico, que objetiva o desenvolvimento da fundação, gestão e organização de um museu. É indispensável para a consolidação da missão, dos objetivos e das ações da instituição, cauterizando- o como essencial para a elaboração de todas as atividades do museu, seja para atender a organização do trabalho interno, para promover clareza e integração das necessidades institucionais o até mesmo para determinar as prioridades para elaboração de projetos (PADILHA, 2014 p.26).

Utilizando-se de conhecimentos nas áreas de Arquivo, História, Museologia, Memória e Patrimônio, começamos o trabalho com inventário de obras de artes, móveis de época, documentos históricos, dentre outros pertencentes à Câmara Municipal.

Em um museu, os objetos podem ser adquiridos por coleta, doação, legado, empréstimos, compra, transferência, permuta ou depósito. No que diz respeito ao tratamento documental, os objetos museológicos devem ser registrados individualmente e identificados nas suas múltiplas possibilidades informacionais.

O objeto museológico torna-se patrimônio, uma vez selecionado, registrado, organizado e armazenado. Essas ações são as que fornecem intencionalmente valor documental, patrimonial e informacional a ele, tornando-o um documento,

Por um lado, o documento é compreendido como "aquilo que ensina" (doccere) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém... Por outro lado, o documento é compreendido como "suporte de informações" que só podem ser preservadas e resgatadas através do questionamento. É interessante observar que as coisas não são documentos em seu nascedouro. As coisas são coisas. Em outros termos, os objetos nascem objetos, com determinadas e específicas funções. Por exemplo, o revólver que pertenceu ao Duque de Caxias, hoje incorporado ao Museu Histórico Nacional, nasceu como uma arma de fogo, capaz de matar seres humanos. Ele não surgiu com a função documental ou mesmo representacional. Ele não surgiu como um objeto capaz de representar as ações do Estado Imperial brasileiro direcionadas no sentido de manter a ordem interna, por exemplo. Mas hoje, ele é um documento e tem função representacional. O que faz de uma coisa ou de um objeto um bem cultural ou um documento? Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas

etc. Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos (CADERNOS DE MUSEOLOGIA Nº 2, 1994, p.35).

Realizado o levantamento do Inventário de bens móveis da Câmara, ocorreram visitas de pesquisas no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional sobre a Câmara Municipal, Câmara Municipal de Petrópolis e Museu da Cidade de Macaé Solar dos Mello pertencente a Secretaria Municipal de Cultura de Macaé, neste último, merece destaque o livro de autos da Criação da Villa e Instalação da Câmara, pertencente ao Arquivo da Câmara, sobre custódia do Museu Solar dos Mello.

Em seguida organizou-se todo material selecionado, através do inventário e das pesquisas externas. Do arquivo da Câmara, foram selecionadas as atas e documentos oitocentistas importantes para a exposição em mostruários apropriados. Dos Jornais locais, foram selecionados vereadores em movimentos que marcaram o desenvolvimento da cidade, como a questão do Royalties, a vinda da Escola Técnica Federal para o Município, a Lei Orgânica de 1988, entre outros. Momentos que marcaram o legislativo e que através do arquivo da própria Câmara, de coleções pessoais de antigos vereadores, construímos nosso acervo museológico.

Fotografias também foram muito utilizadas para a exposição, instantes de momentos em sessão, cerimônias e participação nos movimentos políticos sociais na cidade, bem como o crescimento da cidade através de imagens de grandes fotógrafos da cidade. Vídeos históricos do Arquivo Nacional e até mesmo a utilização do prédio como cenário para a novela o Bem- Amado (1973), em sessão na Câmara Municipal. Foi produzido também um vídeo com depoimentos de alguns antigos vereadores que fizeram história na Câmara Municipal.

Selecionado, organizado e identificado todo este acervo foi distribuído por salas, ao mesmo tempo em que o prédio também passava por pequenas reformas e pintura para receber a exposição. Foi elaborado um pequeno projeto para a programação visual e abertura.

No dia 30 de junho de 2016, foi inaugurado o museu, com a finalidade de resgatar e preservar a história do Legislativo Macaense, promover o atendimento à pesquisa, exposições, integração museu escola, visita guiada com agendamento, intercambio com outros museus, centro de memórias e cinemas.

A abertura ocorreu em uma sessão solene, onde fez parte apresentação do Coral da Fundação Macaé de Cultura - FMC. Abrindo a programação com o hino de Macaé,

logo em seguida um recital de poesia sobre Macaé e uma palestra com a historiadora do Solar dos Mello, finalizando com a palavra dos vereadores e autoridades. Em seguida, a inauguração da placa e abertura das portas do Museu para a população.

Um desafio ímpar para quem, ao primeiro momento, contava apenas com um acervo histórico do arquivo da Câmara, que tem como guarda o arquivo intermediário e a corrente de toda Instituição. Desta forma, foi muito importante a relação próxima com o arquivo para criação do museu, através de uma análise histórica/arquivística, sabia-se o que, onde e quando poderiam ser inseridos peças da documentação histórica para compor seu o acervo. Numa relação muito próxima de Instituição e profissionais de áreas afins.

Segundo Chagas:

Isto explica a questão das novas áreas de conhecimentos que estão surgindo a partir da confluência de disciplinas, por exemplo: biofísica, bioquímica, sociolinguística, etno-matemática, etc. Em relação à museologia, à biblioteconomia e à arquivologia não poderia ser diferente. Também estas áreas de conhecimento estão sofrendo redefinição de fronteiras. Prenhes de vitalidade, elas estão não apenas redimensionando os seus objetos de estudo, mas também rompendo gradualmente com a noção de disciplina e se abrindo para o Inter e transdisciplinar. (CHAGAS, 2009, p.)

Em contrapartida a esta abertura, firma-se gradualmente, a ideia de campo de conhecimento para o qual podem concorrer várias disciplinas. A museologia e os museus, por exemplo, recebem permanentemente a contribuição de outras disciplinas, sinal de sua vitalidade.

Na arquivologia, é de se espera também, que o arquivista possa manter uma relação próxima com áreas afins e que tenham pontos teóricos e práticos que possam contribuir para o fazer arquivístico. Jardim (1995) destaca a importância dos arquivistas contarem com os historiadores como aliados a trabalharem na definição de arquivos como lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva. (1995, p.4).

Neste sentido, a interdisciplinaridade é essencial à atuação do arquivista a fim de garantir que, no momento não só da avaliação dos documentos, mas também em outras situações, pode-se prestar serviços e ajudar naquilo que concerne à memória arquivista e de sua Instituição, pois os arquivos constituem a memória da Instituição.

Para Robert,

Os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que

seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada (ROBERT, apud JARDIM, 1995, p. 4).

Assim sendo, o Arquivo da Câmara Municipal, pode colaborar com grande parte de seu acervo permanente como informação e como documento histórico dentro da criação do Museu do Legislativo Macaense, formando uma parceria e um trabalho cooperativo entre os setores, desempenhando um importante papel social, cultural e administrativo, salvaguardando o acervo para pesquisas e informação, além de preservar a memória da Instituição.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência vivenciada no âmbito da criação do Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Macaé permitiu consolidar concepções importantes no que tange ao papel do arquivista neste espaço ocupacional. Pode-se através dela, desempenhar habilidades e conhecimentos para realizar um importante papel na construção de um espaço de memória de grande relevância, tendo como contexto central a atuação da Instituição Legislativa.

O presente relato pretende ainda contribuir para a comprovação experimental de importantes discussões acerca desse papel, quando é ampliado as suas possibilidades de atuação, muitas vezes com poucos recursos ou pouco tempo. A partir desta vivência, pode-se compreender a laboração do arquivista no recebimento e organização do patrimônio documental, no trato com este acervo, assim como da relevância de um trabalho interdisciplinar com outras áreas afins como: história, museologia e arquivologia no contexto da seleção de documentos, na elaboração e na disposição dos objetos museológicos, destacando o papel de Patrimônio e lugar de memória.

Finalizo com o papel da memória segundo Chauí (2008)

A memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição.... Uma compreensão política da memória é atenta à diferença temporal entre passado e o presente, é atenta à necessidade de liberar a memória e de explicá-la para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir /inventar o futuro (CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n 30, 2008 p. 223).

Sendo assim, torna-se o Museu do Legislativo de Macaé, um espaço de memória que traz à tona a memória política do Município. Como um museu local, é de grande relevância e pode ser entendido como elemento importante para o processo de desenvolvimento local. Por outro lado, sua Instituição Mantenedora, a Câmara Municipal utiliza-se da importância do resgate do seu passado, no seu papel, na formação da sua imagem, da identidade e da reputação organizacional.

**Figura 1** - Prédio Antigo que abrigou a Câmara Municipal de Macaé e hoje sede Do Museu do Legislativo.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé

**Figura 2** - Salão nobre de entrada, onde está exposta a galeria dos ex-presidentes da Câmara, reproduções de fotos, histórico da câmara e do município, como dos primeiros proprietários do imóvel.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé

**Figura 3** - Descrição sobre o acervo e foto da primeira ata da instalação 1814 com seu texto reproduzido.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé.

**Figura 4** - Sala que antecede a sala da presidência, em exposição livros de Atas Oitocentistas, documentos históricos, reproduções fotográficas e painéis Contendo histórico do acervo.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé.

**Figura 5** – Pequena sala de espera da Presidência. Em exposição documentos e painel sobre a vida política do Ex- Prefeito e Deputado Estadual Claudio Moacyr, homenageado com o nome do prédio. E painel com fotos e histórico do prédio original e pós reforma em 1926.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé.

**Figura 6** - Sala da presidência com alguns mobiliários e peças de arte do início do século.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé

**Figura 7** - Plenário da câmara em sessão solene. Guarda ainda parte do mobiliário do início do século.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé

**Figura 8** - Presidente e vice da Câmara em entrevista



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé.

**Figura 9** - Salão nobre com convidados em dia de abertura do Museu e ao fundo um vídeo com entrevistas de ex- vereadores que marcaram sua passagem pela câmara.



**Fonte:** Acervo Arquivo da Câmara Municipal de Macaé.

## REFERÊNCIAS

BOXER, C. R. O. **Império marítimo Português** (1415- 1825). Cia das Letras. São Paulo 2002.

CAMARGO, A. R. Arquivo Nacional **Mapa – Memória da Administração Pública**, disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

CHAGAS, M. De S. Em busca do documento perdido: A problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, maio, 2009. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>>. Acesso em: 29 maio 2015.

CAMARGO, A. R. Arquivo Nacional **Mapa – Memória da Administração Pública**, disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

CARVALHO, M. R. Entre o São e Dom: Elites regionais e a construção do Estado Joanino no Brasil – processo de emancipação da Vila São João de Macahé – séc. XIX. Rio de Janeiro, 2014. **Anais do XVI encontro Regional de História da Anpuh**. Saberes e práticas científicas – Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400417312\\_ARQUIVO\\_Entre o Sa oeDom-ANPUH.p](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400417312_ARQUIVO_Entre%20o%20Sa%20e%20Dom-ANPUH.p)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CMM - CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ- C M M . **Edição comemorativa de aniversário dos 195 anos**. n.1. Gráfica, 2009.

FRAGOSO, J. L. R. **Homens de grossa ventura:** acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Arquivo Nacional, p. 30, Rio de Janeiro, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em:

<[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_ela](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_ela)>

Acesso em: 13 fev. 2018.

JARDIM, J. M. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação** – Vol. 25, número 2, Artigos, 1995. <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LAMEGO, A. Macaé à luz dos documentos inéditos. **Anuário Geográfico** do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro nº11: instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro, 1958,

PMM - Prefeitura Municipal de Macaé. **Imagem e Poder**, Secretaria de acervos e Patrimônio (SEMAPH) Graf. Silva Santos Macaé, 2006

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo.** Coleção Estudos Museológicos vol. 2 FCC Edições. Florianópolis, 2014.

NORA, P. **Entre Memória e História.** A Problemática dos lugares. (Tradução Yara Aun Khoury) Projeto História – Revista do Programa de Pós-graduação em História. ISSN <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> . Acesso em: 18 e 29/05/2018